

Processo: RO - 00120.2007.002.23.00-9

Órgão julgador: **1ª Turma** Julgado em: 27/05/08 Publicado em: **03/06/2008**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA COLETIVA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. É cediço que os direitos individuais homogêneos integram a categoria dos interesses transindividuais ou metaindividuais a que o ordenamento jurídico reconhece a necessidade de que sua defesa em juízo seja feita através de ação coletiva, configurada pela substituição processual dos titulares individuais reunidos por uma comum relação fática, promovendo, dessarte, a um só tempo a uniformização da decisão judicial relativamente a cada pessoa lesada, bem assim a efetividade do processo com a pronta solução do litígio coletivo. **Tal modalidade de interesses transindividuais se afigura como um feixe de direitos de natureza individual pertencentes a vários indivíduos, a priori não identificáveis, tampouco ligados entre si por uma relação jurídica base, mas vinculados por uma situação fática comum de lesão ou ameaça de dano, cuja relevância social demanda sua proteção pela via processual coletiva; seus titulares são individualizáveis a posteriori e divisível é o direito a cada um atribuível. Assim, não obstante o caráter individual do direito, dada a repercussão social da lesão e a similaridade do interesse invocado com os direitos coletivos stricto sensu, em relação aos quais inexistente controvérsia quanto à legitimidade do Parquet para protegê-los em juízo, cabe ao Ministério Público do Trabalho a defesa coletiva dos direitos individuais homogêneos mediante ação civil pública, substituindo os respectivos titulares lesados.** Inteligência dos arts. 6º, VI, 81 e 83 da Lei n. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, 5º e 21 da Lei n. 7.347/85, 6º, VII, 'd' da Lei Complementar n. 75/93 e 129, III da CR/88. **INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COLETIVO. HIPÓTESE DE CABIMENTO. CONSTITUIÇÃO FRAUDULENTA DE COOPERATIVA.** Há que se ter claro que a coletividade também possui um patrimônio ideal de valores coletivos que quer ver resguardado, sujeitando à repressão estatal quem se conduz de modo a lesá-lo injusta e intoleravelmente. Tais interesses extrapatrimoniais compõem de maneira indelével a cultura da comunidade, cristalizando-se duradouramente na forma de preceitos fundamentais espalhados em seu arcabouço jurídico. Veja-se que sua indenização repousa na teoria subjetiva da responsabilidade civil, cujo postulado básico estriba-se no conceito de culpa, e esta, fundamentalmente, tem por pressuposto a infração de uma norma preestabelecida. Na hipótese em apreço, os réus combinaram a criação de falsa cooperativa que servia à mera intermediação de mão-de-obra, sonegando direitos trabalhistas e sociais. Com essa atitude, afrontaram interesses jurídicos protegidos pela lei e Constituição da República, vilipendiando a ordem econômico-social pela desvalorização do trabalho humano e exercício abusivo da livre iniciativa, a par de menoscabarem o ideal do associativismo imaginado pelo legislador, que tem no cooperativismo uma de suas principais modalidades, tratando-se de instrumento que permite aos trabalhadores obter vantagens impossíveis de angariar caso atuassem isoladamente, reduzindo, assim, a sua condição de inferioridade perante o

capital, ao mesmo tempo em que propicia a sua elevação econômica e social. Estão presentes, portanto, os requisitos legais da indenização por dano moral coletivo: ação antijurídica, dano aos valores coletivos e nexó etiológico entre a conduta ilícita e o prejuízo extrapatrimonial experimentado pela coletividade.